LEILÃO DA PRF TEM 330 VEÍCULOS DISPONÍVEIS

Redação jornalismo@tribunadoparana.com.br

Vai até amanhã o prazo para o quinto leilão “online” de veículos apreendidos pela Polícia Rodoviária Federal do Paraná. São 330 veículos disponíveis para lances, sendo 129 que podem retornar a circular em via pública, após o pagamento das respectivas taxas e revisão técnica, e 201 considerados como sucata (esses se destinam exclusivamente ao desmonte e ao reaproveitamento de suas peças). Os lances mínimos estão entre R\$ 100 e 90 mil e podem ser feitos por pessoas físicas ou jurídicas.

Segundo a PRF, o lote mais caro do leilão é um caminhão Scania G 420 A6X4, ano 2011, com lance mínimo de R\$ 90.000,00. Também há um caminhão VW 24.220 Euro3 Worker, ano 2007, com lance mínimo de R\$ 40.000,00. Todos esses veículos são conservados, isto é, após sua regularização, podem voltar a circular.

A sessão pública está sendo realizada desde 25 de setembro e vai até amanhã, exclusivamente no site autorizado para o leilão.

Os veículos poderão ser examinados visualmente nos locais onde se encontram, de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h.

Conforme o artigo 328 do Código de Trânsito, o veículo recolhido que não vier a ser reclamado por seu proprietário dentro de um prazo de dois meses pode ser avaliado e levado a leilão.

- Locais**
- Ponta Grossa (PR)**
- Pátio Auto Socorro Carvalho:** BR 376 Km 495, Bairro Colônia Dona Luíza, telefone (42) 99165-6929.
- Pátio Lionel Arruda:** BR 373 – Km 183, Bairro Chapada, telefone (42) 3311-1150.
- Tibagi (PR)**
- Pátio Posto PRF:** BR 376 – Km 412, Bairro Caetano Mendes, telefone (43) 3535-2135.
- Irati (PR)**
- Pátio Posto PRF:** BR 277 – Km 245, Bairro Distrito Pinho Baixo, (41) 3535-2134.
- Pátio Alice Zanlorenzi:** BR 277, Km 243, em frente ao Restaurante Maxim’s, telefone (42) 3422-6593.
- Guarapuava (PR)**
- Pátio Posto PRF:** BR- 277 – KM319, Bairro: Distrito Guarará, telefone (41) 3535-2179.
- Pátio Auto Socorro Carvalho:** BR277 Km 349, Bairro Jardim d Américas, telefone (42) 3622-2764.
- Imbaú (PR)**
- Pátio Auto Socorro Carvalho:** Rua Machado de Assis, SN, Bairro Vila Oliveira, telefone (42) 99165-6929.

ATAS E EDITAIS

Autopista Litoral Sul S.A.

CNPJ/ME nº 09.313.969/0001-97 – NIRE 42.300.032.107 – Companhia aberta
Data de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de agosto de 2021

1. Data, Hora e Local: Realizada aos 13 dias de agosto de 2021, às 10:00 horas, na sede social da Autopista Litoral Sul S.A. (“Emissora” ou “Companhia”), localizada na Rua Francisco Muñoz Madrid, nº 625, módulos 402 e 403, bloco 4, Condomínio Portal do Porto, Bairro Roseira de São Sebastião, no Município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná. **2. Convocação e Presença:** Presente a acionista que representa a totalidade do capital social da Companhia, em razão do que fica dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), conforme assinatura constante do Livro de Presença dos Acionistas. **3. Mesa:** Presidente: Sra. Simone Aparecida Borsato; Secretária: Sra. Flávia Lúcia Mattioli Tâmega. **4. Ordem do Dia:** Apreciar, discutir e deliberar sobre (i) a realização da 10ª (décima) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em até duas séries, em regime de garantia firme, da espécie quirogratária, a ser convolada em garantia real, com garantia fidejussória sob condição resolutiva, de emissão da Emissora, no valor de R\$2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais) (“Debêntures”), as quais serão objeto de distribuição pública (“Emissão” e “Oferta”), nos termos da Lei nº 6.385, de 07/12/1976, conforme alterada, e da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 400, de 29/12/2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”); (ii) após (a) o pagamento integral da dívida representada pelo Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 11.2.0607.1, celebrado em 12/07/2011, conforme alterado, entre a Emissora, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (“BNDES”) e a Acionista, na qualidade de interveniente (“Contrato de Financiamento BNDES”), com a consequente liberação das garantias constituídas em favor do BNDES no âmbito do Contrato de Financiamento BNDES (“Ônus Existente”) e (b) a obtenção de anuência pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), a autorização à Emissora para convolar a espécie das Debêntures para com garantia real por meio da constituição, no âmbito da Emissão, da cessão fiduciária de (a) todos os direitos emergentes do “Contrato de Concessão de Serviço Público, Precedida da Execução de Obra Pública”, celebrado entre a União, por Intermedição da Agência Nacional de Transportes Terrestres, e a Autopista Litoral Sul S.A., em 14/02/2008, conforme aditado (“Contrato de Concessão”), inclusive os relativos a eventuais indenizações a serem pagas pela ANTT em decorrência da extinção, caducidade, encampação ou revogação da concessão para exploração do sistema rodoviário objeto do Contrato de Concessão, (b) todos os direitos creditórios de titularidade da Emissora, presentes e futuros, decorrentes da exploração da concessão objeto do Contrato de Concessão, incluindo, mas não se limitando, as receitas de pedágio e demais receitas acessórias, além de todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro contratadas nos termos do Contrato de Concessão, assegurado o valor para o pagamento essencial ao cumprimento das obrigações assumidas no Contrato de Concessão, nos termos do artigo 28 da Lei 8.987, (c) todos os direitos creditórios da Emissora sobre todos os valores a serem depositados e mantidos no sistema de contas bancárias, de titularidade da Emissora, cuja movimentação se dará exclusivamente nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária (conforme abaixo definido) (“Contas Vinculadas”), (d) todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de cessão de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes da concessão; e (e) o direito de explorar a própria concessão em si, nos termos do art. 27-A da Lei 8.987, o item nº 16.45 do Contrato de Concessão (em conjunto, “Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios”); (iii) a autorização à Diretoria da Emissora, direta ou indiretamente por meio de procuradores, para praticar e tomar todas as providências necessárias à realização da Emissão e da Oferta, incluindo a celebração do “Instrumento Particular de Escritura da 10ª (Décima) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Até Duas Séries, da Espécie Quirogratária, a ser Convolada em Garantia Real, com Garantia Fidejussória sob Condição Resolutiva, para Distribuição Pública, da Autopista Litoral Sul S.A.” (“Escritura de Emissão”), do Contrato de Distribuição (conforme definido abaixo), dos Contratos de Garantia (conforme abaixo definidos), dos demais documentos da Emissão e da Oferta, e todos e quaisquer outros contratos e/ou instrumentos e seus eventuais aditamentos necessários à Emissão, incluindo aditamentos em razão da conclusão do Procedimento de Bookbuilding (conforme definido abaixo); e (iv) a ratificação de todos os atos prévios praticados pela Diretoria da Emissora no âmbito da Emissão e da Oferta. **5. Deliberações:** Examinadas e debatidas as matérias constantes da Ordem do Dia, foi deliberada, sem quaisquer restrições: (I) **Aprovação da Emissão:** Aprovar a 10ª (décima) emissão de Debêntures da Emissora, nos termos da Instrução CVM 400, a serem distribuídas sob o regime de garantia firme de colocação no montante de R\$2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), sendo que as Debêntures terão as seguintes características e condições: (a) **Número da Emissão:** 10ª (décima) emissão de debêntures da Emissora; (b) **Número de Séries:** A Emissão poderá ser realizada em até 2 (duas) séries (em conjunto, as “Séries” e, individual e indistintamente, “Série”), de acordo com a demanda verificada no Procedimento de Bookbuilding e de acordo com o sistema de vasos comunicantes, sendo que a existência da segunda Série e a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada Série serão definidas pelos Coordenadores, em conjunto com a Emissora, após a conclusão do Procedimento de Bookbuilding, observado que a segunda Série poderá não ser emitida, caso em que a totalidade das Debêntures será emitida na primeira Série, nos termos acordados ao final do Procedimento de Bookbuilding. O somatório das Debêntures da Primeira Série (“Debêntures da Primeira Série”) e das Debêntures da Segunda Série (“Debêntures da Segunda Série”) não poderá exceder o Valor da Emissão (conforme abaixo definido), e a alocação das Debêntures da Segunda Série será limitada a 500.000 (quinhentas mil) Debêntures. De acordo com o sistema de vasos comunicantes, a quantidade de Debêntures emitida em uma das Séries deverá ser abatida da quantidade total de Debêntures prevista na Escritura de Emissão e respeitada a alocação máxima na Segunda Série; (c) **Procedimento de Bookbuilding:** Será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores, nos termos do artigo 23, parágrafo 1º, e do artigo 44, ambos da Instrução CVM 400, com recebimento de reservas, observado o disposto na Escritura de Emissão, para a definição, com a Emissora (“Procedimento de Bookbuilding”); e, da existência da segunda Série da Emissão, com a consequente realização da Emissão em série única ou em 2 (duas) séries; b. da quantidade de Debêntures a ser alocada em cada uma das Séries, observados os percentuais e limites a serem previstos na Escritura de Emissão; e c. da Remuneração das Debêntures, observados os limites a serem previstos na Escritura de Emissão, (d) **Valor da Emissão:** O valor total da Emissão será de R\$2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), na Data de Emissão, conforme definido na Escritura de Emissão (“Valor da Emissão”); e (e) **Data de Emissão das Debêntures:** Para todos os efeitos legais, a data de emissão será a data a ser indicada na Escritura de Emissão (“Data de Emissão”); (f) **Prazo e Data de Vencimento:** Observado o disposto na Escritura de Emissão: (i) as Debêntures da Primeira Série terão prazo de vigência de 10 (dez) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15/10/2031 (“Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série”); e (ii) as Debêntures da Segunda Série terão prazo de vigência de 7 (sete) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15/10/2028 (“Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série” e, quando mencionada em conjunto com a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série, “Data de Vencimento”); (g) **Quantidade de Debêntures e Aumento de Oferta:** Serão emitidas 2.000.000 (duas milhões) de Debêntures, sendo que a alocação das Debêntures da Segunda Série será limitada a 500.000 (quinhentas mil) Debêntures, observado o que for disposto na Escritura de Emissão; (h) **Regime de Colocação e Plano de Distribuição:** As Debêntures serão objeto de distribuição pública, nos termos da Lei do Mercado de Capitais, da Instrução CVM 400 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, sob regime de garantia firme de colocação, com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários (“Coordenadores”, sendo a instituição intermediária líder para fins da Instrução CVM 400 denominada “Coordenador Líder”, de forma individual e não solidária, por meio do MDA, administrado e operacionalizado pela B3, de acordo com os termos previstos no “Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, sob Regime de Garantia Firme de Colocação, da 10ª (Décima) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Até Duas Séries, da Espécie Quirogratária, a ser Convolada em Garantia Real, com Garantia Fidejussória sob Condição Resolutiva, da Autopista Litoral Sul S.A.”, a ser celebrado entre a Emissora, a Arteris S.A. (“Acionista”) e os Coordenadores (“Contrato de Distribuição”); (i) **Destinação dos Recursos:** a. **Destinação dos Recursos das Debêntures da Primeira Série:** Nos termos do artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 12.431, do Decreto 8.874, e da Resolução do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) nº 3.947, de 27/01/2011 (“Resolução CMN 3.947”), os recursos captados pela Emissora por meio das Debêntures serão utilizados para reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionados aos investimentos no projeto de execução e implantação do Contorno Viário de Florianópolis, que abrange uma extensão total de 50 quilômetros, com pista dupla, seis acessos por trevos, quatro túneis, sete pontes e mais de 20 passagens em desnível e tem como objetivo desviar o tráfego de longa distância do eixo principal da BR-101/SC; b. **Destinação dos Recursos das Debêntures da Segunda Série:** Os recursos captados por meio das Debêntures da Segunda Série serão destinados ao reforço de capital de giro e/ou usos gerais da Emissora; (j) **Agente Fiduciário:** O Agente Fiduciário, representando a comunhão dos titulares das Debêntures, é a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, instituição financeira com filial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.954, 10º andar, conjunto 101, Jardim Paulista, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.343.682/0003-08 (“Agente Fiduciário”); (k) **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$1.000,00 (um mil reais), (“Valor Nominal Unitário”); (l) **Forma, Tipo, Conversibilidade e Comprovação da Titularidade das Debêntures:** As Debêntures serão nominativas, escriturais, sem a emissão de cautelares ou certificados e não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora. Para todos os fins e efeitos de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Escritorador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela B3, em nome de cada Debenturista, quando esses títulos estiverem custodiados eletronicamente na B3; (m) **Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirogratária, a ser convolada em com garantia real, com garantia fidejussória sob condição resolutiva; (n) **Depósito para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica:** As Debêntures serão depositadas para: (i) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão B3 (“B3”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (ii) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP 21”), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; (o) **Local de Pagamento:** Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão serão realizados pela Emissora, (a) no que se refere a pagamentos relativos ao Valor Nominal Unitário ou Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série (conforme definido abaixo), conforme o caso aos Juros Remuneratórios das Debêntures (conforme definido abaixo) e aos Encargos Moratórios (conforme definido abaixo), e com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na B3, por meio da B3; ou (b) para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3, por meio do Escritorador ou, com relação aos pagamentos que não possam ser realizados por meio do Escritorador, na sede da Emissora, conforme o caso; (p) **Prazo e Forma de Subscrição e Integralização:** As Debêntures serão subscritas por meio do MDA. As Debêntures serão integralizadas a qualquer tempo (“Data de Integralização”), à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, a partir da data de início de distribuição, pelo Preço de Subscrição (conforme definido abaixo). As Debêntures serão subscritas e integralizadas, pelo seu Valor Nominal Unitário na primeira Data de Integralização, de acordo com os procedimentos de liquidação aplicáveis da B3. Caso qualquer Debênture venha a ser integralizada em data diversa e posterior à primeira Data de Integralização, a integralização deverá considerar, no caso das Debêntures da Primeira Série, o seu Valor Nominal Unitário Atualizado, e, no caso das Debêntures da Segunda Série, o seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos respectivos Juros Remuneratórios (conforme abaixo definido), calculada *pro rata temporis* a partir da primeira Data de Integralização até a data de sua efetiva integralização (“Preço de Subscrição”). As Debêntures poderão ser subscritas com ágio ou deságio, a ser definido, se for o caso, no ato de subscrição, desde que ofertado em igualdade de condições a todos os investidores da mesma Série em cada data de subscrição; (q) **Remuneração das Debêntures:** a. **Atualização Monetária das Debêntures da Primeira Série:** O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série será atualizado mensalmente (“Atualização Monetária das Debêntures da Primeira Série”) a partir da primeira Data de Integralização das Debêntures da Primeira Série até a data de seu efetivo pagamento, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”) apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (“IBGE”), calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, sendo o produto da Atualização Monetária das Debêntures da Primeira Série incorporado automaticamente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série (“Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série”), segundo a fórmula a ser descrita na Escritura de Emissão; b. **Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série:** O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série não será atualizado monetariamente; c. **Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série:** Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série, incidirão juros remuneratórios prefixados com base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a serem definidos de acordo com o Procedimento de Bookbuilding, que estarão limitados, conforme apurado, após o fechamento do mercado, no Dia Útil imediatamente anterior à realização do Procedimento de Bookbuilding (“Data de Apuração”), a maior entre: (i) a cotação indicativa divulgada pela ANBIMA do cupom da taxa interna de retorno da Nota do Tesouro Nacional, série B – NTN-B, com vencimento em 15/10/2028 (“NTN-B”), apurada na Data de Apuração, acrescida exponencialmente de um spread de 1,00% (um por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; e (ii) 5,07% (cinco inteiros e sete centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculado de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos (“Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série” e, em conjunto com a Atualização Monetária das Debêntures da Primeira Série, a “Remuneração das Debêntures da Primeira Série”). Os Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série serão incidentes a partir da primeira Data de Integralização das Debêntures da Primeira Série, ou Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série (conforme definida abaixo) imediatamente anterior, até a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira

Série subsequente, que ocorrerá ao final de cada Período de Capitalização das Debêntures da Primeira Série (conforme definido abaixo); d. “Período de Capitalização das Debêntures da Primeira Série” corresponde ao intervalo de tempo que se inicia na primeira Data de Integralização das Debêntures da Primeira Série (inclusive), no caso do primeiro Período de Capitalização das Debêntures da Primeira Série, ou na Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior (inclusive), para os demais períodos, e termina na data prevista do pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série subsequente correspondente ao período em questão, ou na data de vencimento antecipado (exclusive), em caso de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures da Primeira Série. Cada Período de Capitalização das Debêntures da Primeira Série sucede o anterior sem solução de continuidade; e. **Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série:** Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, “over extra grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível em sua página na Internet (www.b3.com.br) (“Taxa DI Over”), acrescida exponencialmente de spread ou sobretaxa a ser definida no Procedimento de Bookbuilding, limitada a uma taxa máxima equivalente a 1,95% (um inteiro e noventa e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, a partir da primeira Data de Integralização das Debêntures da Segunda Série, ou Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série (conforme abaixo definido) imediatamente anterior (inclusive), até a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série (conforme definido abaixo) subsequente (exclusive), que ocorrerá ao final de cada Período de Capitalização da Segunda Série (conforme definido abaixo) (“Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série” e, em conjunto com a Remuneração das Debêntures da Primeira Série, “Juros Remuneratórios das Debêntures”), de acordo com a fórmula a ser descrita na Escritura de Emissão; f. “Período de Capitalização da Segunda Série” corresponde ao intervalo de tempo que se inicia na primeira Data de Integralização das Debêntures da Segunda Série (inclusive), no caso do primeiro Período de Capitalização da Segunda Série, ou na Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior (inclusive), para os demais períodos, e termina na data prevista para o pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série subsequente correspondente ao período em questão, ou em caso de Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da Segunda Série ou na data de vencimento antecipado (exclusive), em caso de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures da Segunda Série. Cada Período de Capitalização da Segunda Série sucede o anterior sem solução de continuidade. (r) **Pagamento dos Juros Remuneratórios:** a. **Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série:** Serão pagos semestralmente, a partir de 15/04/2022, sendo os demais pagamentos devidos sempre no dia 15 (quinze) dos meses de abril e outubro de cada ano, até a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série (“Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série”); b. **Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série:** Serão pagos semestralmente, a partir de 15/04/2022, sendo os demais pagamentos devidos sempre no dia 15 (quinze) dos meses de abril e outubro de cada ano, até a Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série (“Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série” e, em conjunto com a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série, as “Datas de Pagamento dos Juros Remuneratórios”). (s) **Amortização:** O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série será amortizado, observado o Plano de Distribuição e o que for disposto na Escritura de Emissão, conforme cronogramas a serem previstas na Escritura de Emissão (sendo cada data de amortização indicada na Escritura de Emissão uma “Data de Amortização das Debêntures da Primeira Série”). O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será amortizado conforme cronograma a ser previsto na Escritura de Emissão (sendo cada data de amortização indicada na Escritura de Emissão uma “Data de Amortização das Debêntures da Segunda Série”); (t) **Resgate Antecipado Facultativo:** A Emissora poderá, observados os termos e condições a serem estabelecidos na Escritura de Emissão, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Debenturistas, realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures de cada Série (“Resgate Antecipado Facultativo”) (i) no que se refere às Debêntures da Primeira Série, desde que observados os termos da Lei 12.431, da Resolução CMN 4.751 e demais regulamentações aplicáveis e que venham a ser editadas posteriormente e o prazo médio ponderado mínimo de 4 (quatro) anos dos pagamentos transcorridos entre a Data de Emissão e a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures; e/ou (ii) a partir de 15/10/2025, sem a necessidade de qualquer permissão ou regulamento prévio no que se refere às Debêntures da Segunda Série; (u) **Oferta de Resgate Antecipado Facultativo:** A Emissora poderá realizar, a seu exclusivo critério, oferta facultativa de resgate antecipado da totalidade (i) das Debêntures da Primeira Série, desde que observados os termos da Lei 12.431, da Resolução CMN 4.751 e desde que se observar: (a) o prazo médio ponderado mínimo de 4 (quatro) anos dos pagamentos transcorridos entre a Data de Emissão e a data do efetivo resgate antecipado total das Debêntures da Primeira Série; e (b) o disposto no inciso II do artigo 1º, § 1º, da Lei 12.431, na Resolução CMN 4.751 e demais regulamentações aplicáveis e que venham a ser editadas posteriormente; e/ou (ii) das Debêntures da Segunda Série, sem a necessidade de qualquer permissão ou regulamento prévio, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, que será endereçada a todos os Debenturistas das respectivas Séries, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas, para aceitar o resgate antecipado das Debêntures da respectiva Série de que forem titulares, de acordo com os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão (“Oferta de Resgate Antecipado”); (v) **Amortização Extraordinária Facultativa:** As Debêntures não estarão sujeitas à amortização extraordinária facultativa da Emissora; (w) **Aquisição Facultativa:** A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, condicionado ao aceite do respectivo Debenturista vendedor, (a) a partir do 25º (vigésimo quinto) mês (inclusive) contado da Data de Emissão, observado o disposto na Escritura de Emissão (ou prazo inferior que venha a ser autorizado pela legislação ou regulamentação aplicáveis), inclusive, nos termos do artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, da Lei 12.431, no que se refere às Debêntures da Primeira Série; e (b) a qualquer momento, no que se refere às Debêntures da Segunda Série, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, adquirir Debêntures por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora, ou por valor superior ao Valor Nominal Unitário, desde que observadas as regras expedidas na Instrução da CVM nº 620, de 17/03/2020; (x) **Vencimento Antecipado:** Conforme vir a ser disposto na Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário poderá considerar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes na Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento pela Emissora e/ou pela Acionista do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série e do Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, acrescidos dos respectivos Juros Remuneratórios das Debêntures, calculados *pro rata temporis*, desde a primeira Data de Integralização das Debêntures da respectiva Série ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da respectiva Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, além dos demais encargos devidos nos termos a serem definidos na Escritura de Emissão, quando aplicáveis, na ocorrência de quaisquer eventos previstos nas hipóteses de vencimento antecipado previstas a serem previstas na Escritura de Emissão (cada evento, um “Evento de Inadimplemento”); (y) **Repactuação:** Os Debêntures não serão objeto de repactuação programada; (z) **Multa e Juros Moratórios:** Ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, devidamente acrescidos da Remuneração das Debêntures ficarão, desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interposição judicial ou extrajudicial (i) multa moratória convencional, irredutível e não compensatória de 2% (dois por cento); e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês; ambos calculados sobre o montante devido e não pago. Os encargos moratórios ora estabelecidos incidirão desde o efetivo descumprimento da obrigação pecuniária respectiva até a data do seu efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interposição judicial ou extrajudicial (“Encargos Moratórios”); (aa) **Garantia Fidejussória:** As Debêntures contarão com fiança da Acionista (“Fiança”), em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se, ou seus sucessores a qualquer título, e em caráter irrevogável e irretratável, como fiadora e principal pagadora, solidariamente responsável com a Emissora, em conformidade com o artigo 818 do Código Civil, pelo integral, fiel e pontual cumprimento das Obrigações Garantidas, a qual entrará em vigor na data de assinatura da Escritura de Emissão e permanecerá válida em todos os seus termos sob condição resolutiva, nos termos do artigo 127 e seguintes do Código Civil, até (i) o Completion Fisco-Financeiro (conforme previsto na Escritura de Emissão); ou (ii) a quitação integral das Obrigações Garantidas (conforme for definido na Escritura de Emissão), o que ocorrer primeiro (“Data de Liberação da Fiança”); e (bb) **Garantias Reais:** Após (i) o pagamento integral do Contrato de Financiamento BNDES, com a consequente liberação do Ônus Existente; e (ii) obtenção da anuência da ANTT, as Debêntures serão garantidas pelas Garantias Reais: a. **Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios:** cessão fiduciária, pela Emissora, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14/07/1965, conforme alterada (“Lei 4.728”), do artigo 28-A da Lei nº 8.987, de 13/02/1995, conforme alterada (“Lei 8.987”), e, no que for aplicável, dos artigos 1.361 e seguintes da Lei nº 10.406, de 10/01/2002, conforme alterada (“Código Civil”), da titularidade e posse indireta da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, que será formalizada por meio do “Instrumento Particular de Constituição de Garantia de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avengas”, a ser celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário e a Acionista, na qualidade de interveniente anuente (“Contrato de Cessão Fiduciária”); e b. **Alienação Fiduciária de Ações:** Alienação fiduciária, pela Acionista em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do parágrafo 3º do artigo 66-B da Lei 4.728, e, no que for aplicável, dos artigos 1.361 e seguintes do Código Civil, a propriedade fiduciária, a posse indireta e o domínio resolúvel da (i) totalidade das ações ordinárias de emissão da Emissora detidas pela Acionista, representadas por 1.432.019.209 (um bilhão, quatrocentas e trinta e dois milhões, dezesseis mil e duzentas e nove) ações ordinárias (“Ações Aliénées”), incluindo eventuais ações de emissão da Emissora que sejam subscritas, integralizadas, recebidas, conferidas, compradas ou de outra forma adquiridas (direta ou indiretamente) pela Acionista ou que venham a ser entregues à Acionista e quaisquer ações derivadas das Ações Aliénées após a data de assinatura da Escritura de Emissão, incluindo, sem limitar, quaisquer ações recebidas, conferidas e/ou adquiridas pela Acionista (direta ou indiretamente) por meio de fusão, cisão, incorporação, permuta, substituição, divisão, reorganização societária, desdobramento, grupamento ou bonificação, capitalização de lucros ou reservas, e o direito e/ou opção de subscrição de novas ações representativas do capital da Emissora, bônus de subscrição, debêntures conversíveis, partes beneficiárias, certificados, títulos ou outros valores mobiliários conversíveis em ações, relacionados à participação da Acionista a ou de qualquer outra forma (“Ações Adicionais” e, em conjunto com as Ações Aliénées, “Ações”), (ii) todos os dividendos (em dinheiro ou mediante distribuição de novas ações), lucros, frutos, bonificações, direitos, juros sobre capital próprio, distribuições e demais valores atribuídos, declarados e ainda não pagos ou a serem declarados, recebidos ou a serem recebidos ou de qualquer outra forma distribuídos e/ou atribuídos à Acionista em decorrência das Ações Aliénées, inclusive mediante a permuta, venda ou qualquer outra forma de disposição ou alienação das Ações Aliénées, nestes casos, desde que autorizados nos termos da Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária (conforme abaixo definido), conforme o caso, e quaisquer bens, valores mobiliários ou títulos nos quais as Ações Aliénées sejam convertidas (incluindo quaisquer depósitos, títulos ou valores mobiliários), assim como todas as outras quantias pagas ou a serem pagas em decorrência de, ou relacionadas a, quaisquer das Ações Aliénées (“Direitos e Rendimentos das Ações”); e (iii) a totalidade dos direitos, privilégios, preferências e prerrogativas relacionados às Ações e aos Direitos e Rendimentos das Ações, bem como toda e qualquer receita, multa de mora, penalidade e/ou indenização devidas à Acionista com relação a tais Ações e aos Direitos e Rendimentos das Ações (“Créditos Adicionais” e “Alienação Fiduciária de Ações”, respectivamente), que será formalizada por meio do “Instrumento Particular de Constituição de Garantia de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avengas”, a ser celebrado entre o Agente Fiduciário, a Acionista e a Emissora, na qualidade de interveniente anuente (“Contrato de Alienação Fiduciária” e, em conjunto com o Contrato de Cessão Fiduciária, os “Contratos de Garantia”). (II) Autorizar a Emissora, após a obtenção da anuência da ANTT, a convolar a espécie das Debêntures para com garantia real por meio da constituição, no âmbito da Emissão, da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, em favor dos Debenturistas para assegurar o fiel, pontual e integral cumprimento das obrigações principais e acessórias a serem assumidas pela Emissora na Escritura de Emissão, de acordo com os termos e condições que serão previstos no Contrato de Cessão Fiduciária. (III) **Delegação de Poderes à Diretoria da Companhia:** A Diretoria da Companhia, direta ou indiretamente por meio de procuradores, fica autorizada a praticar e tomar todas as providências necessárias à realização da Emissão e da Oferta, incluindo (i) contratar uma ou mais instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais para a distribuição pública das Debêntures; (ii) contratar os prestadores de serviços da Emissão, tais como o Agente Fiduciário, o agente de liquidação, o escritorador, os assessores legais, entre outros; (iii) celebrar todos os documentos e praticar todos os atos necessários à efetivação da Emissão, incluindo sem limitação, a Escritura de Emissão, o Contrato de Distribuição, os Contratos de Garantia e demais documentos relativos à Emissão e à Oferta, a celebração de todos e quaisquer contratos e/ou instrumentos e seus eventuais aditamentos, incluindo, sem limitação, aditamentos em razão da conclusão do Procedimento de Bookbuilding; e (iv) ratificar todos os atos praticados até o momento no âmbito da Emissão e da Oferta. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por: Presidente: Simone Aparecida Borsato; Secretária: Sra. Gra. Flávia Lúcia Mattioli Tâmega; Acionista: Arteris S.A. (por Simone Aparecida Borsato e Flávia Lúcia Mattioli Tâmega). São José dos Pinhais, 13/08/2021. *Confere com o original lavrado em livro próprio.* Flávia Lúcia Mattioli Tâmega – Secretária da Mesa. Junta Comercial do Estado do Paraná. Certificado em 23/09/2021, 22:29 horas, sob nº 202116036470. Protocolo: 216036470 de 23/09/2021. Leandro Marcos Raysel Biscaia – Secretário Geral.

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br